



ILUSTRÍSSIMA SENHORA GESTORA DE PROCESSO DA SECRETARIA DE
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA FRIBURGO – RJ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 231/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 18.655/2023

REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º: 29.341.120/0001-34, com sede Avenida das Comunicações, 1147, Vila Jaraguá – Osasco/SP – CEP: 06276-905, neste ato representada por seu bastante procurador, vem, tempestivamente, e com amparo no art. 24, do Decreto nº 10.024/2019, tempestivamente, perante Vossa Senhoria apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do pregão eletrônico em testilha, pelos seguintes fatos e fundamentos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme inteligência do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, o prazo para impugnar o edital no pregão eletrônico é de 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, que no presente caso, está marcada para a data 29/11/2023 às 10:00h, com estimativa em R\$ 286.522,00.

Assim, conforme pode ser visto na data do protocolo da presente impugnação, existe a comprovação cabal da tempestividade e, por conseguinte, validade dos termos ventilados na manifestação.

II – DOS FATOS E DO DIREITO

Direto ao ponto, até mesmo por acharmos que a situação é – de fato – simples, a presente impugnação faz frente aos termos da cláusula 22.2, que, por sua vez, exige que a “TV Contratada” tenha *“alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecida por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV”*.

Ocorre que tal exigência, considerando as particularidades da região de contratação, volume de mídia e robustez do ente público Contratante, acaba por retirar toda e qualquer posição de igualdade entre as empresas conhecidas no mercado de Radiodifusão.

Explicamos: é de conhecimento público que apenas uma única empresa possui capacidade de cumprir a exigência estipulada. Aliás, essa mesma empresa sagrou-se vitoriosa em outros pregões, com a mesma condição (ex vi Pref. Araruama e Casimiro de Abreu).

Assim, em entendimento lógico, a exigência replicada no item 22.2 do Edital, retira toda e qualquer condição de concorrência leal e efetiva entre TODAS AS OUTRAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO interessadas em apresentar proposta de menor preço global, pois, conforme já ventilado, sabidamente podemos saber qual “player” saíra vitorioso nesse pregão.

A manutenção da referida exigência, além de descabida demonstra-se predatória e mutila a validade da concorrência do pregão em referência. De igual maneira a famigerada exigência fere princípios basilares da isonomia e “paridade de armas” das empresas interessadas neste procedimento licitatório, o que como bem sabemos, é vedado em nosso ordenamento jurídico. Vejamos o que fala o artigo 3º da Lei 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 12.349/2010:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

Como se não bastasse, o artigo 3º da Lei nº 10.520/2002, se amolda como uma luva aos termos da impugnação e, por conseguinte, validam (com tranquilidade) a procedência do que é levantado, para excluir a exigência do item impugnado (entenda item 22.2). Vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

*II - A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, **por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição**; [...]*

A referida exigência além de claramente limitar a competição, de certa forma, **garante resultado previsível ao futuro do pregão** deixando, por conseguinte, de celebrar a melhor proposta ao ente público.

Portanto, como se pode ver, a forma como os itens listados foram descritos viola a Lei do Pregão e, muito mais, a finalidade de obtenção da melhor proposta, maculando, ainda, a competitividade isonômica entre os licitantes.

III – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, procedendo-se à exclusão da exigência do item 22.2 (*“Ter alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecido por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV”*) promovendo, por conseguinte, as comunicações de praxe.

Se assim for realizado, certamente este ente público celebrará o que melhor descreve o interesse público.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Friburgo, 24 de novembro de 2023.

TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA

CNPJ (MF) n.º: 29.341.120/0001-34